

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES A PARTIR DOS ACOMPANHAMENTOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO – CRAM EM VALENÇA - BA.

Luciane Silva dos Santos

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Email: Lucianesilva13@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Segundo Tedeschi, a história das mulheres como campo historiográfico de pesquisa é relativamente novo. O apagamento, ou diminuição da mulher na história do Brasil foi um processo peculiar da historiografia tradicional (DEL PRIORE, 1997). Nos relatos oficiais, as mulheres não existiam, e quando referidas, apareciam em papéis coadjuvantes ou de submissão, no geral como esposas, mães, filhas, amantes, domésticas, sempre com menor relevância nas narrativas ou de quase invisibilidade (PERROT, 2005, p. 253). George Duby e Michelle Perrot (1990, p.7) questionam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?

Sua presença era vista como irrelevante. Este “não lugar” da mulher gerou um papel social desigual em relação ao homem e sua naturalização que dura até hoje em nossas crenças, pois estão cristalizadas em nossas memórias, passada geração a geração (RAGO, 1995, p. 81). Os estudos sobre mulheres demandaram uma avaliação crítica das premissas e paradigmas da história e da ciência existente:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

[...] Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal, e subjetiva, quanto às atividades públicas e políticas (SCOTT, 1990, p. 6).

As memórias negadas ou distorcidas em relação às mulheres, em especial quanto sua atuação na esfera pública, revela uma sociedade patriarcal e sexista que violava constantemente os direitos das mulheres na esfera privada. Assim,

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da Antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da História das "Mentalidades", mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. "Donde vimos? Para onde vamos?", pensavam elas; e dentro e fora das Universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e, sobretudo, para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo (DUBY; PERROT, 1995, p. 07).

Como diz Hannah Arendt, “é o puro exercício do poder”, é uma violência simbólica, selecionar o que é, e o que não é importante para registro, e escolher o que pode ser apagado, esquecido. Perrot se questiona sobre a existência da história da mulher. Pois, ficamos sem acesso a uma parte importante da nossa memória, das “raízes” que nos constituíram enquanto sociedade, porque pouco ou nada conhecemos sobre figuras femininas. Paradoxalmente a este processo de apagamento da história das mulheres, temos a História do Brasil, marcado por intervenções de mulheres: O decreto para a criação do Brasil; a lei para a extinção da escravidão; a instituição da primeira escola pública e gratuita; bem como o início da primeira greve geral foram todos eventos que tiveram mulheres como protagonistas. Sim, existe uma história das [e feita

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

pelas] mulheres. A questão é que estes eventos ou foram apagados, ou relegados a contextos destituídos de importância, uma vez que o gênero feminino é quase sempre posto na condição de inferioridade.

Por falta de registro e documentos oficiais, temos a impressão instalada na percepção popular, de que a participação das mulheres na história, na sociedade, na ciência e na política não existiu ou foi secundária, de menor valor, fortalecendo a cultura patriarcal de que a mulher deve se resignar ao ambiente e às questões domésticas, de cuidados do marido e dos filhos, seu lugar “natural”. Entretanto, a memória das conquistas, realizações e também das injustiças sofridas por nossas antepassadas que foram massacradas e/ou silenciadas, que não tiveram oportunidade de ter seu ponto de vista considerado, é a chave para interromper essa lógica perversa, sendo um componente essencial para compreender o presente e confrontar uma visão de “natureza” quanto ao protagonismo dos homens na construção do processo histórico.

CRAM DE VALENÇA/BA

O município de Valença, locus da presente pesquisa, é considerado um município de médio porte e está situado na região da Costa do Dendê, ou Baixo Sul baiano. Em 2010 Valença tinha a população residente estimada em 88.673 habitantes, segundo os dados censuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Deste total, aproximadamente um terço da população, cerca 24.305 pessoas, viviam no meio rural. Estima-se que no ano de 2018 a população tenha aumentado para mais de 98 mil habitantes.

Destes, 45.401 são do sexo feminino e 43.564 do sexo masculino. O município tem o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,623, considerado um desempenho médio (IBGE, 2010). É muito visitado por ser o principal acesso à Ilha de Tinharé, famosa pelo povoado de Morro de São Paulo, mas também pela bela praia do Guaibim com o seu extenso areal, localizada a cerca de 10 km da sede do município. Da sua atividade econômica destaca-se a produção de camarão em cativeiro, do qual é o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

principal produtor da Bahia, além da cultura e beneficiamento de cravo da Índia, pimenta do reino e de azeite de dendê (OLIVEIRA, 2009, p. 17).

O CRAM é uma estrutura importante do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, fazendo parte da Rede especializada de proteção á mulher. Foi criado a partir da Lei 11.340/2006, a conhecida Lei Maria da Penha. É um serviço público e gratuito de prevenção e atendimento psicológico, social, jurídico e pedagógico para mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar, e foi criado com base no reconhecimento de que a violência de gênero é um fato que exige intervenções efetivas do Estado e dos Municípios para assegurar os direitos garantidos na Constituição de 1988.

Nessa perspectiva, os Centros de Referência de acolhimento/atendimento devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento a mulher. Tem como público alvo mulheres a partir de 18 anos de idade, independentemente de raça/cor, etnia, classe social, situação econômica, crença e orientação sexual, desde que estejam em situação de violência.

Tipos de violência:

Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - A violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Violência contra a mulher - é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres, o que coloca o país em quinto lugar no ranking dos países com maiores taxas de Femicídio. Com base nesses dados do SIM não é possível, contudo, identificar que parcela corresponde às vítimas de feminicídio, uma vez que a base de dados não fornece essa informação. Os dados do Mapa da Violência, de 2015, revelam que existe um aumento no índice de mulheres “ditas” negras assassinadas: houve um aumento de 54% dos índices de feminicídio de mulheres “ditas” negras em dez anos, e observa-se uma diminuição do número de homicídios de mulheres “ditas” brancas em 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013.

No estado da Bahia o número de Femicídio cresceu em 2018. De acordo com o balanço apresentado pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP), 70

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

feminicídios foram registrados em todo o estado, o que representa um crescimento de 6,1% em comparação com 2017, quando foram contabilizados 66 feminicídios. O município de Valença está entre os duzentos municípios brasileiros com maiores taxas, segundo o Mapa da Violência de 2015. Apresenta-se na 176ª colocação. Entre 2015 a setembro de 2017, foram registrados pela Polícia Militar 19 assassinatos, 10 envolvendo relação doméstica/familiar. Também foram observadas no mesmo período 35 tentativas de homicídio. Foi identificado o deferimento, pelo juizado, de 140 medidas protetivas. No ano de 2018 foram registradas 212 ocorrências da Lei Maria da Penha, não ocorrendo nenhum caso registrado de Feminicídio no município.

AS PARTICIPANTES.

Foram convidadas para participar da presente pesquisa, duas mulheres acompanhadas pela equipe multidisciplinar do CRAM. Os nomes são fictícios, a fim de preservar o anonimato das participantes.

O primeiro contato de Ester no CRAM, 2015, relatando a situação de violência que sofria por mais de 10 anos, seu marido, inclusive já tinha tentado algumas vezes tirar sua vida. Naquele momento não tinha coragem de romper com o ciclo da violência. Em 2019 retornou ao CRAM. Ester se autodeclara da cor preta, com duas filhas menores de idade, Escolaridade: nível médio incompleto; união estável de 14 anos, motivo para permanecer na situação de violência: dependência econômica. Após várias agressões e ameaças de morte, procurou a delegacia de polícia e denunciou seu agressor. Na delegacia, o delegado encaminhou Ester para o CRAM. A mesma relatou que diariamente ouvia palavras ofensivas como: burra, estúpida, vadia, inútil, feia e puta. Expressões proferidas pelo companheiro do tipo: “deixa de ser vadia”, “tá com macho na rua”, “você não decide nada, só obedece” “melhor ir para cozinha, é seu lugar.” Passou por violência física, sexual, patrimonial e psicológica, diversas vezes.

Contudo, algumas memórias marcaram sua vida, como em um episódio em que foi chamada de “suja”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Nesse dia eu estava fazendo o almoço quando ele chegou soltando fogo pelas ventas, e o almoço ainda não estava pronto, pois me atrasei. Ele me chamou de preguiçosa, que era uma suja, que não servia para nada. Fui empurrada contra a parede e isto me fez quebrar os copos da casa. Eu fiquei morrendo de medo dele me bater e sai correndo para rua. Quando voltei, ele me puxou pelos cabelos e me trancou no quarto, me bateu muito e disse que eu era uma puta.

O relato de Ester nos permite refletir como o papel social da mulher é compreendido pelo universo masculino. Um lugar inferior, com comportamento pautado pela submissão e adequado às normas conservadoras. A violência neste sentido é justificável, pois a mulher deixou de cumprir sua atividade doméstica.

(...) me ameaçava dizendo ‘depois que tu fizer tudo o que eu mandar vou te picar todinha’”. “(...) agredia verbalmente dizendo ‘sua vagabunda, vagabunda’”. “(...) ele dizia: ‘porque tu nunca gostou de mim? Tem outro macho, né?’”

As constantes agressões desferidas para Ester, seja no âmbito físico, como no psicológico indicam como uma pessoa pode ser submetida a um processo de destruição cotidiano. Em termos de relação das variáveis entre cor, classe e gênero, percebe-se a dificuldade sentida por Ester por sua condição social de vulnerabilidade.

Carolina nasceu em Belo Horizonte, declara que sua cor é parda, sua religião é o candomblé, possui trinta e seis anos e o segundo grau completo. Veio morar em Valença há quase dois anos. Conheceu seu ex-companheiro pela internet. Os dois começaram a namorar pela internet, após dois meses de relacionamento, Catarina mudou-se para Valença, para morar com seu companheiro. Para se manter financeiramente, recebia o programa de transferência de renda do Governo Federal, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Bolsa Família. Nesse período, engravidou do seu terceiro filho. Dois filhos são de outro relacionamento, e as crianças moram em Minas Gerais com os avós maternos.

Em janeiro de 2020, Carolina buscou atendimento no CRAM, por não conseguir mais suportar a situação de violência sofrida por seu companheiro. Objetivava, principalmente, uma passagem para retornar para Belo Horizonte, e ficar em segurança, longe das violências e das tentativas de feminicídios perpetradas por seu companheiro, pai de seu terceiro filho, de apenas nove meses.

E era assim, ele saía pro bar, bebia, se ele chegasse em casa e tivesse algo fora do lugar ou meu filho chorando, ele já gritava comigo, ele perguntaria “- Por que meu filho está chorando sua puta? Por que a comida não está pronta?” Era o motivo dele brigar comigo. Ou se eu saísse para ir na rua e eu não voltasse antes de ele chegar, aquilo era motivo de que ele já vinha me agredir. Ele me agredia assim de... de momentos de uma hora para outra. Ele estava calmo e de repente ele se transformava numa outra pessoa. Agressão física, verbal, olha principalmente psicológica. Eu acho que agressão dele me bater várias vezes, ele me espancou, ele tentou me matar várias vezes com revólver, com faca, ele tentou me matar com martelo, ele tentou me furar com espora de animal, que passa no animal para pular, ele tentou me matar com facão, várias vezes.

Carolina buscou afastar-se de seu agressor várias vezes e de vários modos, porém não tinha rede de apoio familiar na cidade. Em janeiro, já em desespero, pois estava sofrendo com o cárcere privado, conseguiu sair de casa e dirigindo-se ao CRAM, contudo, necessitava de um dinheiro para retornar ao seio familiar. O agressor, em decorrência de uma série de elementos, principalmente pelo medo das ameaças recebidas e a ausência de um local seguro na cidade para preservar sua vida, de fato, estava aprisionada na relação violenta:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

[...] Passei sim por várias dificuldades, passei por muitos é... como se diz...teve muitos rompantes meus de eu ter... tomar a decisão e voltar atrás na decisão que eu tinha tomado [...] Eu já ficava com medo, ele ia pro bar beber, bebia e voltava para casa “estocando”. Aí ele chegava na porta, ele batia a porta de uma vez pra me assustar! Eu tinha tanto medo dele que eu tremia. Eu tive problema de arritmia cardíaca depois! [...] Só de eu ouvir a voz dele, meu coração acelerava, acelerava de tal forma que parece que ia sair pela boca! [...] Aí se eu abrisse a boca ele já me agredia! Ele já vinha espancando, e o que ele tivesse, ele pegava em mim e vinha em cima de mim [...] Até umas vezes eu tentei ir para cima dele, mas era pior porque ele me batia mais ainda!

Diversas pesquisas apontam (ADEOTATO, 2005; SCHRAIBER, D’ OLIVEIRA, 1999; RUFINO, 2004) que mulheres em situação de violência apresentam problemas de saúde, entre eles, sintomas de ansiedade, insônia, depressão, pensamentos suicidas, automutilação, dentre outros. Quando Catarina ensejava romper com a relação ou denunciar as agressões, seu agressor intensificava as ameaças. Inclusive afirmando que iria fugir com seu filho.

Temendo que a violência física pudesse incidir em feminicídio, Carolina era obrigada a manter relações sexuais, ou seja, era recorrentemente “estuprada”. Várias pesquisas apontam que uma entre quatro mulheres brasileiras pode ser vítima de violência sexual cometida por parceiro íntimo. Há ainda grande tolerância social com tal prática no interior do casamento em decorrência da lógica patriarcal de gênero garantir a posse dos homens sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Após as agressões, o seu companheiro pedia desculpas, afirmava estar muito nervoso e reafirmava a posse, a marca de poder e a ascendência sobre Carolina (VIGARELLO, 1998).

[...] O depois dele é o seguinte, ele chorava e falava que aquilo aconteceu porque ele estava muito nervoso, porque ele é muito

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

revoltado, porque ele é muito nervoso, porque quando ele bebe fica pior, e aí ele pedia desculpa, pedia perdão chorando. E ele queria que no momento que ele pedisse desculpa para mim que eu tinha relação com ele. Era assim. Ele achava que ele batia de manhã, de noite ele chegava pedia desculpa e eu deitava com ele e eu tinha que ser a mulher melhor do mundo. E muitas vezes eu tive que fazer as coisas sem querer, pra amenizar a situação e ele não tornar a me bater. Muitas vezes eu fiz isso muitas. Isso para mim era humilhante, nossa, era a pior coisa que tinha! É por isso que eu me sentia muito, me sentia a mulher mais péssima do mundo! Eu achava que nem as prostitutas não era uma pessoa que - nada contra, mas não estaria passando pelas coisas que eu estava passando. Porque a gente sabe que a prostituição hoje é uma profissão. Mas eu não tinha profissão, essa não era minha profissão porque eu tinha que fazer com a pessoa? Porque eu tinha que acalmar ele?

Nesse contexto, Carolina tinha seu corpo violado, sua autoestima destruída, acumulando sofrimentos profundos em sua estrutura psíquica. Relata que a violência psicológica sofrida era a mais dolorida, mais humilhante e difícil de ser superada, especialmente por advir de uma pessoa íntima, com a qual mantém (mantinha) vínculo afetivo.

E eu me sentia péssima, me sentia nojenta, acabou com a minha...auto - estima eu nem tinha. Eu andava parecendo..., sei lá, uma coisa perdida no mundo [...] Mas acho que a agressão pior que ele fez comigo foi a psicológica, que ele “denegria” a minha imagem, ele falava que eu era uma mulher que não prestava, que era vagabunda, biscate, esses nomes horríveis que eu simplesmente nunca ouvi de outras pessoas, na rua. Por hipótese de eu ter brigado com alguém, alguém nunca me xingou assim não, mas ele me agredia. E a parte psicológica que eu tinha muito problema, por eu me achar uma pessoa

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

inferior a qualquer outra pessoa, eu era, eu me achava feia, eu me achava que eu não era importante, eu não tinha nenhuma importância para ninguém, eu não era importante, eu não tinha valor nenhum. E ele fazia com que eu não tivesse valor, era isso que ele mostrava. “- Você?! Quem vai querer você se você largar de mim? Com três filhos, feia, com bunda caída.” Como ele falava: “- Peito [...] já não está mais no lugar.” Ele falava isso pra mim assim... como se eu, fosse um bicho. E que ninguém ia gostar de mim, que ninguém ia me querer. Então eu não me cuidava, eu não... Para mim o que ele falava era normal.

Outro aspecto que merece destaque incide no fato de Carolina incorporar esquemas dominantes de gênero, ou seja, ela evidencia que tinha sua autoimagem modelada, definida pela ótica dominante, o que Bourdieu (1999, p. 47) denomina “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação.” Até o tipo de roupa utilizado por Carolina era normatizado pelo agressor:

[...] Sempre usei calça. Porque mini-saia, saia, short nunca! Roupa fora...costas peladas, imagina! Se eu fosse era... motivo de briga! Aí sim era motivo de briga, quando eu saísse se eu colocasse um brinco maior, tinha que ser bem pequenininho para não me mostrar. Se eu pusesse um batom, era um batom da cor da pele, da cor da boca, porque se eu mostrasse o batom é vagabunda. “-Ah! Porque quem usa batom é vagabunda.” Eu adorava tirar minha sobrancelha. Mas quando eu tirava, ele queria me bater, me matou! Porque ele falou que eu era uma biscate, uma vagabunda, porque era mulher a toa que tirava sobrancelha. Ele quase me matou.

Os trajes, as maneiras de se movimentar, de sentar, de andar, de erguer a cabeça, os olhos, de ocultar os espaços físicos estão sobrecarregados de significação moral que buscam encerrá-las numa espécie de confinamento simbólico. (BOURDIEU, 1999).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

Carolina, desde a infância, foi vítima indireta da violência doméstica, assim como seus filhos, presenciaram o pai agredindo sua mãe. Desta forma, afirma considerar,

“natural, da ordem das coisas” tal situação de violência: Normal! Acho que se passasse por violência com o marido, era normal, minha mãe passou! Meus avós passaram! Então quer dizer isso era normal, não era normal entender que ele não trabalhava. Isso para mim não era normal. Mas passar por aquela pressão, xingamento, aquelas coisas, tudo eu achava normal. Pra mim não era diferente. Eu achava que por eu ser criada assim, achava que os maridos tinham o direito de falar as coisas, eu achava assim: “- Não, eu estou casada e isso pode passar, isso é direito, era obrigação minha passar.” E com isso eu pensei muito nisso. [...] Já vinha do meu pai, da minha mãe, depois do meu padrasto. Todas essas coisas eu já vinha passando desde lá, eu já via isso. Em uma época que eu passei, antes de eu conhecer o Centro, de eu passar por isso tudo, graças a Deus hoje eu estou com uma cabeça diferente, mas antes eu pensava assim, que era assim...

Caroline chamou a polícia, e conselho tutelar foi acionado, o agressor sumiu por mais de 24 horas com seu filho, a deixando desesperada. Ela relatou que se arrependeu muito de ter chamado a polícia. Sofreu grave violência física e ameaças.

Mas aí no outro dia no Centro de Referência, eu cheguei até o Centro de Referência, fiquei muito feliz, porque fui muito bem tratada. [...] percebi que era um espaço que eu podia confiar na equipe, elas me entendiam, não me julgavam, e foi onde que eu consegui tomar minha decisão porque eu sei que lá dentro eu tinha proteção. Sei que ele não saberia onde que era, sei que ele não poderia me ver, porque eu teria proteção, de eu estar saindo e alguém que pudesse me levar, ou a polícia, eu sabia que ele não ia me achar. Então eu fiquei muito feliz com isso. Toda vez que eu precisava sair de lá eu estava com alguém

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

que me protegia. Então foi o... ponto principal de eu ter conseguido tomar minha decisão, foi eu ter tido apoio do Centro de Referência da Mulher.

Carolina narra que a experiência no CRAM significou a possibilidade de refletir sobre sua vida, fazer planos, vencer o medo e a angústia que a acompanhavam. Enfatiza muitas vezes na entrevista o fortalecimento de si mesma,

“[...] tenho muito alegria de ter passado por lá, porque eu sei que lá eu consegui a força que eu tenho hoje.” Aí quando eu cheguei aqui eu falei: “- Não, agora eu vou tomar uma decisão e eu não vou voltar atrás!”. Tive sim, muito medo dele, várias vezes! [...] Tive muitos rompantes meus de eu ter ... tomar a decisão e voltar atrás na decisão que eu tinha tomado, só que com a ajuda da psicóloga que eu tive, que foi muito boa comigo, muito paciente [...] eu ficava brava porque não queria ser atendida, queria embora, mas ela não, ela teve paciência comigo e ele me mostrou que tinha um caminho além daquilo que eu estava passando, tinha uma coisa, que aquilo era uma parte que ia passar [...]

Carolina aponta como positivo a proteção, a orientação sobre direitos, leis, apoio psicólogo, mas indica também as tensões, a ansiedade experimentada pela fragilidade das políticas públicas:

[...] Que a mulher teria que ter um pouco mais de condições quando sair de lá. Porque quando a gente sai de lá assim, o Centro dá um apoio psicológico, o Centro dá um apoio moral, sabe, dá um apoio. Mas eu digo casa! Local! Moradia! Onde a mulher tem que arrumar um emprego para pagar seu aluguel. E simplesmente essa força ela não tem. E por isso muitas mulheres acabam voltando para seus maridos por não ter proteção depois! Não proteção de polícia, não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

proteção física... Aquela proteção de ter, sabe, material! Um lugar onde ela tenha uma casa para morar com seus filhos, entendeu?

Carolina foi encaminhada para a casa da família em Belo Horizonte, com o apoio da Secretaria de Promoção Social do município de Valença, Conselho Tutelar de Valença e de Minas Gerais. Porém, no mês de junho do corrente ano, Carolina resolveu retornar para o agressor. Segundo relato, estava arrependida de ter registrado queixa na delegacia. Com sentimento de culpa, pois o companheiro estava com ideação suicida. O que gerou por parte da família do agressor a culpabilização de Beatriz pelo que estava acontecendo.

Neste caso, A vítima retornou ao lar do agressor, que prometeu mudanças. Neste sentindo, não retornou mais ao acompanhamento do CRAM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as representações da violência contra a mulher a partir da perspectiva da História Oral de mulheres em situação de violência doméstica acompanhadas pelo CRAM de Valença. Além disso, identificou o trajeto percorrido por mulheres em situação de violência, incluindo os obstáculos, os empecilhos, os rechaços, os preconceitos e os eventuais estigmas defrontados por estas mulheres em seu pedido de ajuda. Neste campo de pesquisa entrevistamos duas mulheres cujas histórias são marcadas pelas mais diversas agressões, duas personagens que nos ajudaram a traçar a compreensão sobre os sentidos atribuídos a violência sofrida por estas mulheres, através das suas memórias.

Mostraram-nos quão pesada é a tristeza que carrega uma mulher em situação de violência. Com suas trajetórias de vida evidenciaram que um agressor pode ser atroz e desmedido, e que nem sempre a mulher consegue sair do ciclo de violência. Assim, o segundo e terceiro objetivos específicos da nossa pesquisa foram descrever as características da violência e analisar o perfil sócio histórico das mulheres em situação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

de violência doméstica e familiar. Para tal fim, mapeamos a rede de enfrentamento da violência, analisando como está ocorrendo o enfrentamento da violência de gênero na cidade de Valença. Sabemos que o Brasil, nas últimas décadas, buscou desenvolver alguns mecanismos para o enfrentamento da violência, entre eles a criação da rede de serviços para atuar de maneira integrada e mais eficaz, envolvendo todos os setores da sociedade e todas as esferas do governo. Porém identificamos que existem dificuldades que são inerentes as esferas Municipal, Estadual e Federal, que geram fragilizações nos serviços ofertados.

As principais considerações do nosso estudo são:

- As questões de gênero e poder se configuram baseadas em papéis rígidos e patriarcais internalizados de forma que dependência financeira das mulheres não se configura como o único motivador para que a mulher permaneça no ciclo de violência doméstica, aparecendo outros motivos que também são relevantes, como dependência emocional, as questões religiosas ou a cultura patriarcal que ainda considera o casamento indissolúvel;

- As relações de poder permeiam as relações afetivas íntimas, de forma que a violência psicológica é levada ao segundo plano em deferimento da violência física, ou seja, enquanto os constrangimentos, humilhações e ameaças não desencadearem as agressões físicas, as mulheres têm mais dificuldade em romper o ciclo de violência, porém geram muito sofrimento e adoecimento;

- A violação dos direitos humanos das mulheres em situação de violência doméstica no município de Valença não se refere apenas às agressões físicas, psicológicas e morais a que são submetidas, mas também está contida na dificuldade de acesso aos serviços e na pouca compreensão da rede de enfrentamento da violência pelas mulheres, e principalmente nos preconceitos que repercutem na fragilidade da referida rede, que termina por não contribuir para o enfrentamento da violência.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

• A equipe técnica que atuam no CRAM não possui seus direitos assegurados, especialmente em função dos vínculos precarizados e dos escassos recursos de trabalho; além disso, muitas vezes essas mesmas técnicas não são capazes de defender, viabilizar e garantir direitos das atendidas, por conta da rede não estruturada e pela não aplicação das Leis e diretrizes. Portanto, o que enreda essas histórias é a questão dos direitos, ou melhor, da precariedade de sua garantia, que acaba atravessando todo o contexto das políticas de mulheres, colocando atendidas e trabalhadoras numa condição semelhante de violação de acesso a direitos. A equipe também fica exposta aos riscos e ameaças por parte dos agressores. Foram relatados alguns episódios de tentativas de invasão ao centro, ameaças e violência física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDR, Hannah. **Da Violência**. Tradução de Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Rio Janeiro: Nova Fronteira. 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICAS - IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/historico.php>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Lei do Feminicídio. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Norma técnica de uniformização dos centros de referência de atendimento a mulher em situação de violência. Brasília, 2006 b.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

BRASIL. **VI Relatório Nacional Brasileiro: Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres — CEDAW/Organizações das Nações Unidas.** Brasília: SPM, 2008.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. **Violência: Um problema global de saúde pública.** Capítulo extraído com autorização do autor do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>. Acesso em 15 de março de 2020.

DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo. Contexto. 1997.

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. (orgs.) Escrever a História das Mulheres. In: THÉBAUD, Françoise. **História das Mulheres no Ocidente. O século XX.** Porto, Edições Afrontamento, 1995

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil dos “anos de chumbo” à era global.** Labrys, Estudos feministas, número 3, janeiro/julho, 2003. Disponível em: <http://www.tanianawain.com.br/labrys3/web/iras/margat.htm> Acesso em: 22/12/2019.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença: dos seus primórdios à contemporaneidade.** Editora FACE: Valença/Bahia, 2009.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

PIERANGELLI, J. H. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica.** Bauru-SP: Jalovi, 1980.

SAFFIOTI, H. I. B. O Estatuto Teórico da Violência de Gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.) **Violência em tempo de globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999, p. 142 - 163.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação;** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v.16, n°2, jul/dez, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

18

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27 n. 54, p. 281-300, 2007.

TEDESCHI, Losandro Antonio. “Os Desafios da Escrita Feminina na História das Mulheres”. **Revista Raído**. Dourados: UFGD, v. 10, n. 21, p. 153-164, 2016.

TOURAINÉ, Alain. **O Mundo das Mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.